

Injustiça na Corte

Carlos Moura 10.2.98



HUMILHADO
Luiz Carlos: preso porque foi confundido com o assassino de dois travestis

Em Brasília, como em todo o Brasil, pessoas foram condenadas e ficaram na cadeia por crimes que não cometeram

Ana Helena Paixão
Da equipe do **Correio**

Paulo de Araújo 12.2.98

A Justiça tem os olhos vendados. É cega, para julgar com a consciência e não com a visão dos meros mortais. No entanto, também é humana. Sua figura é representada por uma mulher. Uma mulher que erra. Nem sempre, nem todo dia, mas erra cruelmente.

Não são poucas as histórias de pessoas condenadas por crimes que não cometeram. Pessoas que tiveram suas vidas alteradas por um erro judicial e que tentam se reerguer. Em geral, convivem com o preconceito da sociedade. “Todo mundo comentava que meu filho tinha matado dois travestis”, declara, angustiado, Elso da Costa Eleotério. Um homem de 58 anos que viu seu filho ser acusado injustamente de um duplo homicídio, em 1991.

No país inteiro, essas histórias se repetem. No Distrito Federal, a rotina também não é diferente.

Aos 28 anos, Luiz Carlos Rodrigues Eleotério viu sua vida se transformar num inferno. Desempregado, foi confundido com um assassino. Em 5 de agosto de 1992, Luiz Carlos perdeu a liberdade e foi trancafiado na carceragem da Coordenação de Polícia Especializada (CPE), sob a acusação de ter matado Márcio Mendes da Silva e Luiz Carlos Ambrósio — os travestis Marcela e Carla —, em outubro de 1991.

Ele foi identificado pela equipe da Delegacia de Homicídios (DH), com base em retratos falados feitos durante as investigações dos crimes. “Prendem meu filho porque o acharam parecido com o assassino”, comenta Elso da Costa Eleotério, 58 anos, pai de Luiz Carlos. E assim, o desempregado foi preso em sua casa (Taguatinga), sem ao menos conhecer as vítimas.

Luiz Carlos ficou preso por 49 dias. Sem ficha criminal e réu primário, aguardou os julgamentos em liberdade. Em fevereiro de 1993, ele foi absolvido do assassinato de Márcio Mendes da Silva, uma vez que nenhuma testemunha presenciou o crime ou viu o acusado em companhia da vítima.

Entre o primeiro e o segundo julgamento, passaram-se cinco anos. Luiz Carlos foi absolvido por unanimidade — os sete jurados o consideraram inocente da morte de Luiz Carlos Ambrósio. Também não havia provas, evidências ou testemunhas contra o réu. O resultado saiu no dia 3 de dezembro de 1998.

O verdadeiro assassino jamais foi encontrado, embora testemunhas tenham identificado um militar, que trabalhava na Secretaria de Segurança Pública, como autor dos homicídios. Na casa desse suspeito, foram encontrados o carro que teria sido usado nos assassinatos (uma Brasília amarela) e uma faca com tamanho da que fizera as perfurações nos corpos das vítimas. Mesmo assim, o militar não foi preso nem investigado.

Luiz Carlos Rodrigues Eleotério comprovou sua inocência. Mas sua vida não é mais a mesma. Aos 34 anos, continua desempregado. Uma dificuldade que enfrenta desde o dia em que saiu da carceragem da CPE. Convive com a humilhação e o preconceito da sociedade. A família inteira sofreu. Os Eleotérios se endividaram para contratar advogados de defesa.

O pai de Luiz Carlos é um pioneiro. Chegou a Taguatinga em 1960, fundou o Círculo Operário e é católico praticante. Ele conta que não teve paz desde o dia em que seu filho mais velho foi preso.

“Passamos por uma série de constrangimentos. Todo mundo comentava que ele tinha matado dois travestis. Minha casa chegou a ser revirada por policiais”, desabafa Elso. Hoje, o rapaz que foi preso no dia do aniversário tenta reconstruir sua vida. Ganha algum dinheiro fazendo *bicos* como vendedor e espera a Justiça “limpar” seu nome. Foi a única retratação que pediu Luiz Carlos acredita que, sem ficha criminal, as coisas poderão melhorar.



PAIZÃO

Aniceto, com a nova família. Acusado de ter estuprado a própria filha, que mais tarde se arrependeu, ele chegou a ser condenado a quinze anos de reclusão e mais tarde conseguiu ser absolvido

Maioria dos casos é de crimes sexuais

A Justiça do Distrito Federal não possui um levantamento de quantos cidadãos foram acusados de crimes que não cometeram. No entanto, o chefe da Defensoria Pública de Brasília, Fernando Calmon, afirma que grande parte dos erros judiciais ocorre em casos de crimes sexuais, como estupro, atentado violento ao pudor e sedução.

“Esses crimes ocorrem em locais reservados, sem a presença de testemunhas. Nesses casos, a palavra da vítima tem fundamental relevância para a Justiça. Se a ‘vítima’ mente, a Justiça erra”, comenta Calmon.

E foi uma dessas mentiras que condenou o funcionário público Aniceto Afonso, 54 anos, a quatro anos e meio de prisão. Sua filha, então com 15 anos, o acusou de estupro. “Ela queria morar com o namorado. Eu era muito rígido e a proibi. Ela inventou a história, a mãe sustentou e ainda envolveu minha filha caçula (na época com 13 anos)”, lembra o acusado.

Sem perceber o ardil, Aniceto levou, por duas vezes, mulher e filhas à Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam). “Ficava esperando no estacionamento, enquanto elas me acusavam”, explica. No terceiro dia, o funcionário público recebeu uma intimação. Um dia depois, policiais foram buscá-lo em casa, para prestar depoimento. Era o dia 23 de dezembro de 1993.

“Fui interrogado sem a presença de minha advogada. Dois policiais ficaram o tempo todo ao meu lado e me intimidavam. A delegada lia o depoimento das meninas, dizendo

que eu tinha feito coisas horríveis. Fiquei aterrorizado. No final, assinei um documento sem dizer nada”, resume.

Aniceto ficou preso desde então. No primeiro julgamento, foi condenado a dez anos de cadeia, por ter estuprado a filha mais velha. Se livrou da acusação da caçula porque a menina era virgem. Quando o pai foi preso, a adolescente se arrepen-

do. Ano passado, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) fez uma revisão processual. O ministro Pedro Aurélio reviu todas as provas e considerou o caso como “evidente erro judicial”. Inocentou o réu no dia 15 de abril de 1998. Aniceto saiu da cadeia em junho do mesmo ano e conseguiu limpar seu nome.

Ele recuperou o emprego no Senado. Mas não o cargo de chefia, nem o salário (cerca de R\$ 6 mil). Perdeu todo o seu patrimônio, para pagar advogados. Hoje, não tem contato algum com as filhas. Mas garante que não guarda mágoas.

“Rezava muito na prisão. Sou carismático e tenho fé em Deus. Essas pessoas destruíram a si mesmas”, avalia, enquanto segura um terço que não tira do pescoço há dois anos — presente da segunda mulher, Francisca Nunes Ferreira, 47 anos.

Aniceto mora com Francisca desde que saiu da prisão. Com ela, reconstrói a vida. Conta com o apoio dos seis enteados, principalmente da caçula Cecília, 15 anos. “O amo com todo o coração. Ele é meu paizão”, garante a menina.

Os advogados Hélio Rodrigues Macedo e Maria de Lourdes Sequeira vão entrar com um pedido de indenização, por danos morais, contra o Estado. “Não há como pagar seu sofrimento, mas o Estado tem culpa. A Justiça errou”, sentença o advogado. Apesar de Aniceto não assumir o ressentimento, sua vida não é fácil. “Ele sofreu, apanhou, foi desmoralizado e tratado como estuprador, na cadeia. Foi vítima de violência sexual, como todos os estupradores, sem ter feito nada”, encerra Macedo.

PROXIMIDADE
Também foi um crime sexual que levou à cadeia os moradores de rua Alex Gomes Sobral, o Palhaço, e An-

tônio Souto, o Totonho, ambos com 19 anos. Eles foram acusados de atentado violento ao pudor, estupro e morte da estudante Lidiane Chelre Barros, 16 anos. O crime aconteceu em 11 de setembro de 1998.

A dupla assumiu a autoria do crime, mas alegou ter confessado sob tortura. Na época, Totonho afirmou ao **Correio** que eles foram acusados pela proximidade. “A gente morava mais próximo (a cerca de 200 metros) de onde o corpo foi achado”. Um exame de DNA, feito com vestígios de sêmen encontrados no cadáver, comprovou que o material colhido não pertencia a nenhum dos dois.

Com esse resultado, os rapazes foram soltos, depois de passarem cerca de dois meses na prisão. Em liberdade, ainda conviveram com ameaças de morte nas ruas do Setor Sudoeste, onde o crime aconteceu. Para sobreviver, Alex foi morar com parentes. Totonho conseguiu proteção da Polícia Militar. Depois, também foi morar com familiares.

Hoje, a dupla tenta esquecer o assunto. Apesar de considerados inocentes pela Justiça, com base no teste de DNA, e estarem livres de qualquer acusação, eles ainda não conseguiram o documento que garante a liberdade — a chamada sentença de inocência. Mas defensores públicos acreditam que o documento deve sair muito em breve. Até agora, a polícia não encontrou o verdadeiro ou os verdadeiros assassinos de Lidiane.

O caso continua sendo investigado na 3ª Delegacia de Polícia, no Cruzeiro. (AHP)

Via-sacra para limpar o nome

O sonho de quem foi vítima de erro judicial é voltar a ser um cidadão comum, sem dever nada à Justiça. O defensor público Archimedes Machado Cunha explica que isso só acontece depois de uma ação penal.

“O caso tem que ser julgado. Na sentença, o juiz deve declarar que o acusado é inocente. É a chamada sentença de inocência. Depois disso, a própria Justiça fornece uma certidão negativa à vítima”, informa. Mas depois de provar a inocência e conseguir o documento começa um caminho longo e penoso.

LIMPEZA

Com o documento em mãos, o não mais criminoso é submetido a uma verdadeira via-sacra. Deve percorrer todos os órgãos envolvidos no processo — o que pode incluir delegacias, fóruns e tribunais — e pedir que limpem seu nome.

Ou seja, que deem baixa em processos e acusações contra ele. “É só mostrar a certidão da Justiça”, completa o defensor. A retratação é imediata.

Segundo Archimedes Cunha, as vítimas de erros judiciais podem mover uma ação de indenização, por danos morais, contra o Estado. Mas ele alerta que nem sempre é fácil comprovar o erro. “A indenização só cabe em casos onde o erro é muito claro e flagrante. Mas a Justiça pode corrigir isso nas várias instâncias do processo, revendo o caso”, destaca. (AHP)